

| | |
|---|--------------------|
| ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA | |
| Entrada nº: | <u>204</u> |
| Data: | <u>20 NOV 2019</u> |



Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra

Dr. Sérgio Sousa Pinto

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

GAOM

19.11.2019

ASSUNTO: Proposta n.º 919-PM/2019

«Deliberar sobre a revogação da deliberação tomada sob a Proposta da Câmara n.º 236-P-2005, da Câmara, na sessão realizada em 29 de abril de 2005 e a autorização da celebração da respetiva escritura de reversão a celebrar com a ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.»

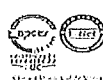
Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, solicito a V. Exa. que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima indicada, aprovada na reunião de Câmara realizada a 19 de novembro de 2019.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA



Basílio Horta



DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

22

Nos termos do Art.º 57.º, n.º 3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária e Pública de 30 de outubro de 2017 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 824-P/2017, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária de 19-11-2019.**

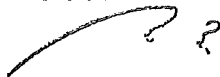
Proposta nº 919-PM/2019, subscrita pela Sra. Vereadora Piedade Mendes, que se anexa:

VOTAÇÃO:

Aprovada por unanimidade.

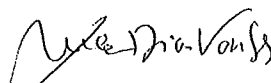
Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 19 de novembro de 2019.

O Presidente



Basílio Horta

A Coordenadora



Lúcia Dias Vargas



PROPOSTA N.º 919 - PM/2019

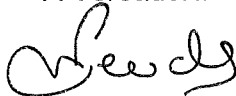
Considerando que:

1. Pela escritura n.º 63, de 23 de junho de 1997, foi doada ao Município de Sintra pela SOCRUL - Sociedade de Construções e Realizações Urbanas, Lda., uma parcela de terreno com área de 6000 m², "*destinada à instalação do Centro de Saúde de Sintra*", prédio municipal, atualmente inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 6770 da UF de Sintra e descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Sintra, sob a ficha n.º 2682/S. Maria e S. Miguel, inventariado no património privado municipal com o n.º 1656;
2. Através da Escritura n.º 37/2005 foi o terreno cedido, em direito de superfície, à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, adiante designada por ARSLVT, destinado à construção do Centro de Saúde de Sintra de acordo com a deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Sintra na sua sessão de 29 de abril, sob a proposta da câmara n.º 236-P-2005;
3. Em 2019 foi concluída a construção do novo Centro de Saúde de Sintra, já em funcionamento, no imóvel municipal conhecido pela Vivenda Cambournac;
4. Pelo ofício com o registo de entrada CMS-Ent/59836, de 04-11-2019, veio a ARSLVT informar que, por deliberação do Conselho Diretivo tomada em 04-10-2019, ata n.º 101, foram autorizadas as diligências para a reversão do terreno cedido, face à desnecessidade do mesmo;
5. Compete ao órgão municipal, que aprovou o ato, autorizar a sua revogação, ao abrigo do artigo 169.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;

Tenho a honra de propor à Exma. Câmara Municipal de Sintra que, com base nos fundamentos e considerandos anteriores e ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75, de 2013 de 12 de setembro, proponha à Assembleia Municipal de Sintra a revogação da deliberação tomada, sob a proposta da Câmara n.º 236-P-2005, na sessão realizada em 29 de abril de 2005 e autorize a celebração da respetiva escritura de reversão a celebrar com a ARSLVT.

Paços do Concelho de Sintra, 11 de novembro de 2019

A Vereadora



Piedade Mendes

Reunião de

19 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 22

N.º SM 47368/2019

Sintra, 11-11-2019 10:53:56

Assunto: RC+ AM - REVOGAÇÃO DA ESCRITURA N.º 37/2005 DE CEDÊNCIA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE COM A ARSLVT - CENTRO DE SAÚDE DE SINTRA

MARIA SILVIA LOPES
ARAÚJO PROENÇA

Digitally Signed by MARIA SILVIA LOPES ARAÚJO PROENÇA
DN: cn=MARIA SILVIA LOPES ARAÚJO PROENÇA, SERIALNUMBER=B093250290, o=MARIA SILVIA, ou=LOPES ARAÚJO PROENÇA, ou=Cidadao, ou=Portugal, ou=Assinatura Qualificada do Cidadão, ou=Cartão de Cidadão, C=PT
Reason: Parescer
Date: 2019-11-11T14:55:20

Concordo. A consideração superior solicitando, em caso de concordância, o envio para RC para a qual se junta minuta de proposta.

RICARDO DAVID
PALMEIRA ABREU E
CASTRO

Digitally Signed by RICARDO DAVID PALMEIRA ABREU E CASTRO
DN: cn=RICARDO DAVID PALMEIRA ABREU E CASTRO, SERIALNUMBER=B100093247, o=RICARDO DAVID, ou=PALMEIRA ABREU E CASTRO, ou=Assinatura Qualificada do Cidadão, ou=Cartão de Cidadão, C=PT
Reason: Parescer
Date: 2019-11-11T21:18:49

Concordo. A consideração da Exma. Senhora Vereadora, Drª Piedade Mendes, solicitando o agendamento para reunião do Executivo Camarário.

SUSANA CAETANO
DE SOUSA

Digitally Signed by SUSANA CAETANO DE SOUSA
DN: cn=SUSANA CAETANO DE SOUSA, SERIALNUMBER=B103090908, o=SUSANA, ou=CAETANO DE SOUSA, ou=Cidadao, ou=Portugal, ou=Assinatura Qualificada do Cidadão, ou=Cartão de Cidadão, C=PT
Reason: Parescer
Date: 2019-11-12T10:58:32

Exmº Senhor Presidente
Solicito o agendamento da presente proposta para reunião do executivo.

[Assinatura Qualificada]
MARIA DA PIEDADE DE
MATOS PATO MENDES

Digitally Signed by [Assinatura Qualificada] MARIA DA PIEDADE DE MATOS PATO MENDES
DN: cn=MARIA DA PIEDADE DE MATOS PATO MENDES, SERIALNUMBER=B100093247, o=MARIA DA PIEDADE DE MATOS PATO MENDES, ou=PORTUGAL, ou=Assinatura Qualificada do Cidadão, ou=Cartão de Cidadão, C=PT
Reason: Parescer
Date: 2019-11-12T11:41:03

Reunião de
19 NOV. 2019
Doctº Agendado com o
Nº 22

De: Sílvia Araújo - DGPA

Para: Dr. Ricardo Castro - Chefe da Divisão de Gestão do Património

Assunto: RC + AM - REVOGAÇÃO DA ESCRITURA N.º 37/2005 DE CEDÊNCIA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE COM A ARSLVT - CENTRO DE SAÚDE DE SINTRA

1. Pela escritura n.º 63, de 23 de junho de 1997 foi doada, ao Município de Sintra pela SOCRUL - Sociedade de Construções e Realizações Urbanas, Lda., uma parcela de terreno com área de 6000 m², "*destinada à instalação do Centro de Saúde de Sintra*, prédio municipal, atualmente inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 6770 da UF de Sintra e descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Sintra, sob a ficha n.º 2682/Sta. Maria e S. Miguel, inventariado no património privado municipal com o n.º 1656.
2. Através da Escritura n.º 37/2005, foi cedido o referido terreno em direito de superfície à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo - ARSLVT, IP - destinado à construção do Centro de Saúde de Sintra, de acordo com a deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Sintra na sua sessão de 29 de abril, sob a proposta da câmara n.º 236-P-2005.
3. Tendo sido concluída a construção do Centro de Saúde de Sintra no imóvel municipal conhecido pela Vivenda Cambournac, veio a ARSLVT, IP, através do ofício com o registo de entrada CMS-Ent/59836, de 04-11-2019, informar que, por deliberação do Conselho Diretivo, tomada em 04-10-2019, ata n.º 101, foram autorizadas as diligências para a reversão do terreno cedido, face à desnecessidade do mesmo.
4. Assim, considerando que, de acordo com o artigo 169.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, compete ao órgão que aprovou ato autorizar a sua revogação, submete-se à consideração superior apresentar proposta ao executivo camarário para proponha junto da Assembleia Municipal de Sintra a revogação da deliberação tomada na sessão realizada em 29 de abril de 2005 e autorize a escritura de reversão do direito de superfície cedido pela Escritura n.º 37/2005, a celebrar com ARSLVT, IP.

A Técnica Superior

Sílvia Araújo

Reunião de

19 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 22



SAÚDE


SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE


*À Superior Administração da Exm.ª Senhora
Vereadora Dr.ª Sílvia Mendes
d/c Dr.ª Rita Sintra.*

04.11.2019

Paulo Gomes
Chefe do Gabinete

Exmo. Senhor

Dr.º Basílio Horta

Presidente da Câmara Municipal de Sintra

Paços do Concelho

2714-501 Sintra

*A
DG-PA*

[Handwritten signature]

21.11.2019

C/C:

| Sua Referência | Sua Comunicação de | Nossa Referência | Data |
|----------------|---|----------------------------|------------|
| | | 9117 / GJC-Jurídico / 2019 | 23-10-2019 |
| | | Proc.º n.º SD1224/2019 | |
| Assunto | Reversão do direito de superfície de terreno sito na Portela de Sintra, freguesia de Sta. Maria e S. Miguel | | |

Por deliberação do Conselho Diretivo desta Administração Regional de Saúde de 04/10/2019, ata n.º 101, foram autorizadas as diligências necessárias para a reversão do direito de superfície do prédio urbano, sito nos limites de Santa Maria, freguesia de Santa Maria e São Miguel, do concelho de Sintra, composto de terreno para construção, destinado à instalação do Centro de Saúde de Sintra, com área de 6.000 m2, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Maria e São Miguel sob o artigo 3673 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha 2682 da mesma freguesia, com fundamento na desnecessidade do mesmo a favor da ARSLVT.

Assim sendo, solicitamos que nos informem quais os procedimentos que entendem por necessários para a referida reversão, nomeadamente o Cartório Notarial onde a mesma será celebrada e documentos para a sua instrução.

Com os melhores cumprimentos,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
O Conselho Diretivo

[Handwritten signature]

NUNO VENADE
Vogal do Conselho Diretivo
da ARSLVT, IP

Reunião de

19 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 22

1656

(doc.5)

| |
|--|
| Notariado Privativo da C. M. / Sintra |
| L.º 194 |
| Fls. 23 |

ESCRITURA NÚMERO 37 / 2005

DO DIA 28 DE JULHO

**CEDÊNCIA GRATUITA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE, A FAVOR DA
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO**

--- Ao vinte e oito dias do mês de Julho do ano de dois mil e cinco, nesta Vila de Sintra, Edifício dos Paços do Concelho, perante mim **ALDINA ANTUNES MARIA**, Licenciada em Direito, Chefe da Divisão de Execuções Fiscais e Contra Ordenações, em substituição da Notária Privativa desta Câmara Municipal, por motivo de férias, exercendo funções nos termos do despacho número 101-P/2004 de 28 de Julho e ainda no uso da competência que me confere o artigo 3º do Código do Notariado, compareceram como outorgantes:-----

PRIMEIRO

--- **MARCO PAULO CALDEIRA DE ALMEIDA**, casado, natural de Angola, com domicílio necessário na sede dos Paços do Concelho de Sintra, o qual outorga na qualidade de Vereador desta Câmara Municipal, no uso das competências delegadas pelo despacho datado de 01 de Julho de 2005 e em representação do Município de Sintra, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva de Direito Público número 500 051 062.-----

SEGUNDO

--- **ANA MARIA CASINHA JERÓNIMO LOBO PIMENTEL**, casada, natural da freguesia de S. Pedro do concelho de Faro, residente na Rua Manuel da Silva Moreira Rato, nº 18, 1º Dtº, em Caxias, titular do Bilhete de Identidade número 1280127 emitido em 25 de Novembro de 2002, por Lisboa, a qual outorga na qualidade de Técnica

Superior Principal, no uso das competências delegadas por procuração emitida em 20 de Julho de 2005, por António Manuel Gomes Branco, presidente do Conselho de Administração da **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO**, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva de Direito Público número 503 148 776, com sede na Avenida Estados Unidos da América, nº75, em Lisboa, a seguir identificada pela sigla **ARSLVT**.-----

--- São os outorgantes os próprios cuja identidade, qualidade e poderes reconheço, o primeiro por ser do meu conhecimento pessoal e a segunda por exibição do Bilhete de Identidade e por procuração emitida em 20 de Julho de 2005.-----

--- Assim presentes pelos outorgantes, nas invocadas qualidades, foi dito que de boa fé celebram o presente contrato de cedência em Direito de Superfície, de acordo com as seguintes cláusulas:-----

PRIMEIRA,

--- 1 - O Município de Sintra é proprietário e legítimo possuidor do prédio urbano, sito em limites de Santa Maria, freguesia de Santa Maria e São Miguel deste concelho, composto de terreno para construção, destinado à instalação do Centro de Saúde de Sintra, com área de **6.000 m² - seis mil metros quadrados**, a confrontar do norte e do poente com terreno municipal, do sul e do nascente com Sociedade de Construções e Realizações Urbanas, Lda, inscrito na matriz predial daquela freguesia sob o **artigo 3673** e descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Sintra sob a ficha dois mil seiscientos e oitenta e dois /Santa Maria, com o valor patrimonial de 3.501,56 €, registado a seu favor pela inscrição G-um, avaliado em 386.817,77 Euros.-----

--- 2 - Por este acto, o **MUNICÍPIO DE SINTRA** cede o Direito de Superfície à **ARSLVT**, sobre o prédio identificado no nº1 desta cláusula e assinalado na planta, que arquivo, com destino à construção do **Centro de Saúde de Sintra**.-----

SEGUNDA,

--- O direito agora constituído e todas as benfeitorias realizadas no terreno, reverterão a favor do Município de Sintra, caso seja dado destino diferente ao indicado no nº2 da cláusula anterior, sem direito a qualquer indemnização.-----

TERCEIRA,

--- 1 - O direito de superfície é constituído a título gratuito, livre de encargos e ónus, por um período de 70 anos, com início na data da outorga da presente escritura.-----

--- 2 - O prazo renova-se automaticamente de 20 em 20 anos, se nenhuma das partes o denunciar com antecedência mínima de 1 ano antes do fim do prazo ou qualquer das suas renovações.-----

QUARTA,

--- 1 - O prazo para início das obras de construção é de 3 anos, após a outorga da presente escritura de cedência em direito de superfície.-----

--- 2 - O prazo para conclusão da obra é de 5 anos após a outorga da presente escritura de cedência.-----

--- 3 - Caso os prazos referidos nos nºs. 1 e 2 desta cláusula não sejam cumpridos por causa imputável à ARSLVT, o direito de superfície e todas as benfeitorias introduzidas no terreno reverterão a favor do Município de Sintra, sem direito a qualquer indemnização.-----

QUINTA,

--- Nos termos do presente contrato a ARSLVT não terá direito a qualquer indemnização pela extinção do direito de superfície, nem pelas benfeitorias realizadas, que passam a pertencer ao Município de Sintra.-----

SEXTA,

--- À ARSLVT é proibida a alienação do direito de superfície, objecto do presente

contrato, sem prévia autorização do Município de Sintra.-----

SÉTIMA,

--- No omissão o presente contrato regula-se pelo Decreto-Lei n.º 794/76 de 5 de Novembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 313/80 de 19 de Agosto e subsidiariamente pelo Código Civil Português e demais legislação aplicável. -----

--- Assim o disseram e outorgaram e reciprocamente aceitaram.-----

--- Nos termos do Código do Registo Predial este acto está sujeito a registo na respectiva Conservatória do Registo Predial.-----

--- Esta cedência em direito de superfície foi aprovada pelo órgão executivo e deliberativo, em reuniões de 8 e 29 de Abril, respectivamente.-----

--- A representada da segunda outorgante, está isenta do pagamento de Imposto de Selo nos termos do artigo 6º do Código do Imposto de Selo, aprovado pela Lei nº 150/99 de 11 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-lei 287/2003 de 12 de Novembro.-

--- Foram arquivados:-----

--- Despacho de delegação de competências, datado de 01 de Julho de 2005;-----

--- Planta de localização com o prédio, objecto da presente escritura, devidamente assinalado;-----

--- Certidão emitida pela Segunda Conservatória do Registo Predial de Sintra, em 4 de Junho de 1998 e confirmado o seu conteúdo em 18 de Fevereiro de 2005;-----

--- Fotocópia autenticada em 13 de Julho de 2005, da acta Nº.102/2003, referente a reunião do Conselho de Administração da ARSLVT, de 12 de Novembro de 2003; e,-----

--- Procuração passada pelo Presidente do Conselho de Administração da ARSLVT, em 20 de Julho de 2005.-----

--- Foram exibidas:-----

--- Caderneta predial urbana do Serviço de Finanças de Sintra – I, obtida via internet

| | |
|------------------------------|-----|
| Notariado Privativo da | |
| C. M. Sintra | |
| L.º | 154 |
| Fls. | 25 |

em 15 de Março de 2005; e,-----
 --- Despacho conjunto Nº 372/2005, publicado na II Série do Diário da República,
 Nº109, em 07 de Junho de 2005,-----
 --- Esta escritura foi lida aos outorgantes e feita a explicação do seu conteúdo e efeitos
 na presença simultânea de todos os intervenientes.-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

[Assinatura]

A SEGUNDA OUTORGANTE,

[Assinatura]

A NOTÁRIA PRIVATIVA,

[Assinatura]

| |
|-----------------------------------|
| Imposto de Selo: |
| Guia n.º _____/____ |
| Tabela Notarial: |
| Guia n.º 3125 <i>[Assinatura]</i> |

O Conselho Diretivo deliberou concordar com o proposto na presente informação.

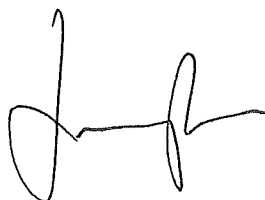
ATA N.º 101 de 04/10/2019

Usdo. Concordo com o
proposto. A melhor
superior

PD

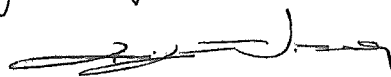
1-10-19

Paulo Dias da Silva
Coordenador do Gabinete Jurídico
e do Cidadão



Estelene

M.



Est. Ao CD com
uma candidatura

NUNO VEMADE
Vogal do Conselho Diretivo
da ARSLVT, IP

1.10.2019

Informação N.º

8340 / INF / GJC-Jurídico / 2019

Data

01-10-2019

Processo N.º

Assunto: REVERSÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE TERRENO SITO NA PORTELA DE SINTRA

1. Através de email o Exmo. Senhor Vereador da Câmara Municipal de Sintra, Dr.º Eduardo Quinta-Nova, veio solicitar que seja emitida declaração pelo Conselho Diretivo com a expressa menção de desistência do interesse no terreno situado na Portela de Sintra, que foi cedido em Direito de Superfície por aquela Câmara, no ano de 2005.
2. De facto, consultados os arquivos da ARSLVT IP, constata-se que no dia vinte e oito do mês de julho de dois mil e cinco foi celebrada escritura de cedência gratuita em Direito de Superfície, a favor da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo IP, do prédio urbano, sito nos limites de Santa Maria, freguesia de Santa Maria e São Miguel, do concelho de Sintra composto de terreno para construção, destinado à instalação do Centro de Saúde de Sintra, com área de 6.000 m2, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Maria e São Miguel sob o artigo 3673 e descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial sob a ficha 2682 da mesma freguesia.
3. Na deslocação à Conservatória do Registo Predial verificou-se que o registo do Direito de Superfície a favor da ARSLVT IP encontra-se por efetuar na referida Conservatória, conforme documento que se junta.

Reunião de

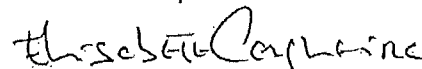
19 NOV. 2019

Doctº Agendado com o
Nº 22

4. Confirmou-se ainda que não foram efetuadas quaisquer obras de edificação ou beneficiação do terreno, não se cumprindo assim o estipulado na cláusula quarta da escritura de cedência gratuita em Direito de Superfície.
5. Em setembro de 2012, a Câmara Municipal de Sintra, por deliberação da Assembleia Municipal, determina a reversão para a esfera do Município do terreno supra citado e a consequente resolução do contrato de cedência do Direito de Superfície.
6. Efetivamente a Unidade de Saúde de Sintra foi construída noutra imóvel, também este pertencente ao Município de Sintra.
7. Assim sendo, propõe-se ao Exmo. Conselho Diretivo que seja deliberada a desnecessidade do Direito de Superfície que se encontra celebrado a favor de ARSLVT IP e em consequência que sejam tomadas todas as diligências necessárias para a reversão do referido Direito de Superfície.

À consideração superior,

Elisabete Cerqueira



Solicitadora

Reunião de

19 NOV. 2019

Doctº Agendado com o

Nº 22



SINTRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Texto aprovado em minuta)

--- No dia vinte e nove do mês de Abril do ano dois mil e cinco, reuniu, na **SOCIEDADE FILARMÓNICA BOA UNIÃO MONTELAVARENSE**, sita no Largo Maestro Fernandes Alves Velho, nº 4, em Montelavar, a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 1ª reunião da 2ª Sessão Ordinária, convocada nos termos do Artigo 49º e Artigo 52º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 e Artigo 31º, nº 1 do Regimento.

--- ORDEM DO DIA:---

--- Ponto 5 da Ordem do Dia: "Autorizar a Câmara Municipal a ceder o direito de superfície de uma parcela de terreno com a área de 6000 m² sita nos limites de Santa Maria, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o nº 3673 da mesma freguesia, avaliado em 386.817,77 € (trezentos e oitenta e seis mil, oitocentos e dezassete euros e setenta e sete cêntimos), à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, destinada à construção do Centro de Saúde de Sintra"

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço.

--- VOTAÇÃO:---

--- Votos a favor: 38

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal de Sintra.

--- Montelavar, 29 de Abril de 2005.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José Ribeiro e Castro

Reunião de

19 NOV. 2019

Doctº Agendado com o
Nº 22



DPIM
050411
Mun

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. José Ribeiro e Castro

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

05.04.08

ASSUNTO: Prop. nº 236-P/2004-DPIM

“Autorizar a Câmara Municipal a ceder o direito de superfície de uma parcela de terreno com a área de 6000 m2 sita nos limites de Santa Maria, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o nº 3673 da mesma freguesia, avaliado em 386.817,77 € (trezentos e oitenta e seis mil, oitocentos e dezassete euros e setenta e sete cêntimos), à Administração Regional de Saúde e Vale do Tejo, destinada à construção do Centro de Saúde de Sintra.”

Exmo. Senhor,

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, solicito a V. Exª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião de Câmara realizada em 8 de Abril de 2005.

Com os melhores cumprimentos

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Fernando Roboredo Seara

Fernando Roboredo Seara

Reunião de

19 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 22

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta

7

Nos termos do Art.92º., nº.3 e 4 da Lei nº.169/99 de 18 de Setembro; Art.27º., nºs. 3 e 4 do Cód. Proc. Adm.; Art.18º, nº3 do Regimento; e da deliberação tomada na reunião de 15 de Janeiro de 2002, que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 2-P/2002, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária de 08.04.2005**

Proposta nº 236-P/2005, subscrita pelo Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO:

Aprovada por unanimidade.

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 8 de Abril de 2005.

O Presidente

Fernando Roboredo Seara
Fernando Roboredo Seara

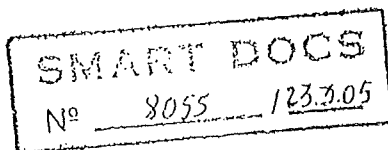
O Chefe de Secção

Vitor Castro
Vitor Castro

Reunião de

19 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 22



PROPOSTA N.º 236 - P-2005

Considerando que o Município de Sintra é proprietário de uma parcela de terreno com área de 6000 m², sita nos limites da freguesia de Santa Maria, descrita na 2.ª Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2682 da Freguesia de Santa Maria, inscrita na matriz predial urbana sob o n.º 3673 da mesma freguesia, doada ao Município com destino à construção do Centro de Saúde de Sintra;

Considerando a necessidade urgente de dotar o Centro de Saúde de Sintra de novas instalações em face das más condições em que se encontram as actuais;

Considerando que em 19-11-2001 foi celebrado entre o Município de Sintra e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale de Tejo (ARSLVT) o Contrato-Programa n.º 201/2001, que tem como objectivo a *"cooperação técnica e financeira para a construção do edifício destinado à instalação do Centro de Saúde de Sintra"*;

Considerando que embora os prazos estabelecidos no Contrato - Programa estejam com um relativo atraso, mas de acordo com a Divisão de projectos a questão prende-se com a reformulação de um projecto de arquitetura elaborado em 1997 para o mesmo terreno;

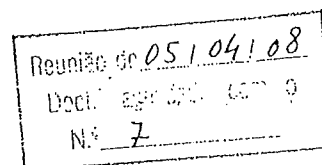
Considerando que a ARSLVT por ofício CMS-Ent/8412 de 26-02-2004, informa que o Conselho de Administração Regional de Saúde de Lisboa do Tejo deliberou em reunião de 12-11-2003 aceitar a cedência do direito de superfície, de acordo com a minuta proposta pelo Município de Sintra;

Considerando que de acordo com a ficha de avaliação a parcela de terreno está avaliada em 386.817,77 €;

Reunião de

19 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 22

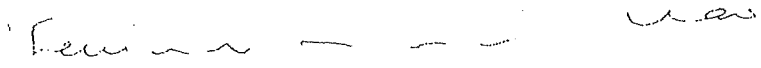


Tenho a honra de propor à Câmara Municipal que ao abrigo da al. a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, delibere:

Solicitar à Assembleia Municipal que ao abrigo da al. i) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, autorize a Câmara Municipal a ceder o direito de superfície de uma parcela de terreno com área de 6000 m² sita nos limites de Santa Maria, descrita na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o n.º 3673 da mesma freguesia, avaliado em 386.817,77 € (trezentos e oitenta e seis mil, oitocentos e dezassete euros e setenta e sete cêntimos), à Administração Regional de Saúde e Vale do Tejo, destinada à construção do Centro de Saúde de Sintra, nos termos da minuta que se junta em anexo e cujo o teor se dá aqui por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Paços do Concelho, 16 de Março de 2005

O PRESIDENTE DA CÂMARA


(Fernando Roboredo Seara)

Reunião de
19 NOV. 2019

Docº Agendado com o
Nº 22

